

ANA MARIA COSTA MACEDO

maceana@gmail.com

**CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE,
UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL**

AS ELITES SOCIOPOLÍTICAS E OS PROTAGONISTAS DE MUDANÇA EM BRAGA NOS PRIMÓRDIOS DO SÉCULO XX

RESUMO

Os primeiros anos do século XX marcam um dos períodos de maior atividade, iniciativa e progresso para a cidade de Braga, no objetivo de a tornar uma cidade moderna e atrativa.

Em tempos de mudança política – do fim da Monarquia aos primórdios da República – mudam também os protagonistas sociais e renovam-se as elites. Emergem figuras ligadas ao republicanismo bracarense - algumas das quais assumem cargos no Governo central e na deputação da República – e instituem-se as primeiras comissões administrativas da Câmara.

Manuel Monteiro, autor de um trabalho notável na defesa do património cultural bracarense e no domínio do estudo, divulgação e preservação do património artístico no Norte do País, é um exemplo do novo papel da elite local. Centro da polémica então instalada na cidade contra a destruição do castelo medieval e da cidadela de Braga, não deixou, ainda assim, de ser parte integrante de um conjunto de mensageiros junto do Governo de Lisboa que importava persuadir para os interesses materiais da urbe.

Ligada à ideia de que os grandes empréstimos seriam suportados pelo expectante crescimento do consumo urbano, a então criada “Comissão dos Melhoramentos de Braga” propõe alterações urbanas e construções arquitetónicas que, procurando resolver e prever os problemas resultantes do crescimento populacional e urbano sem planeamento do século XIX, contribuem para a mudança da cidade. João de Moura Coutinho, na direção das Obras Públicas da Cidade e membro da Comissão de Estética da Câmara Municipal de Braga, é também figura indelével nesta conquista de uma nova fisionomia da cidade. A construção do Teatro Circo, obra grandiosa e magnânima, inaugurada em 1915 no espaço do antigo Convento dos Remédios, é resultado do seu traço, bem como muitos dos novos equipamentos do edificado urbano que veio sendo construído.

Artur José Soares, Cândido Maria Martins e José António Veloso são os fundadores, com mais 50 acionistas, em 1907, da Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, designada de Theatro Circo. Ligados à administração do antigo teatro, cujo projeto parecia já não responder aos anseios da cidade, estes homens, provindos da administração do Banco do Minho, da Câmara e da Comissão dos Melhoramentos da cidade, são os protagonistas

do arrojo da nova elite bracarense, burguesa, capitalista, negociante e provida de ideais republicanos. O estudo dos seus percursos individuais e familiares mormente através dos seus arquivos pessoais, permite-nos reconstituir, em grande parte a identidade que os definiu e que imprimiram à cidade de há cem anos atrás.

PALAVRAS-CHAVE

Elites sociopolíticas; republicanismo bracarense; planeamento urbano

1. INTRODUÇÃO

Bracara Augusta, cidade bimilenária, passou por múltiplas transformações ao longo dos tempos. Das invasões bárbaras à Braga moderna de D. Diogo de Sousa, do barroco do século XVIII às revoluções liberais, foram muitas as intervenções no seu espaço físico e nos seus projetos de desenvolvimento. Se, por meados do século XVIII, é o Cabido da Sé Primacial de Braga o principal proprietário urbano e o Arcebispado a principal autoridade política e religiosa, os primórdios do século XX e a República trazem mudanças significativas na gestão da cidade e no exercício do seu poder.

O centro cívico passara da tradicional zona da Sé para a Praça da República onde, fronteiro, ainda pontuava o Jardim Público (de 1850), depois desmantelado para dar lugar à Avenida Central. Por detrás desta nova configuração dos espaços estão novas elites que assumem o poder e formas de cultura e mentalidade que se afirmam inovadoras.

Nos primórdios do século XX pretende-se transformar a tradicional “Braga antiga, de rosário à cinta” numa cidade moderna, com esgotos, água e luz. O Castelo e Cidadela medieval são demolidos, não obstante a oposição e as críticas fundamentadas de personalidades de reconhecido mérito, como são o Conselheiro Augusto Fuschini, os arqueólogos Leite de Vasconcelos e Albano Belino, os destacados bracarenses Manuel Monteiro e Alberto Feio, ou mesmo o Conselho dos Monumentos Nacionais e o Governo.

A mesma sorte coube ao monumental Convento dos Remédios, demolido para em seu lugar ser edificado o não menos majestoso, mas inovador Teatro Circo. Para trás ficaram inúmeras congregações religiosas e o “velho” Teatro S. Geraldo. A cidade redefiniu-se com a Lei da Separação do Estado e da Igreja, o Registo Civil obrigatório, a recém criada Comissão dos Melhoramentos Locais, e viu-se remodelada com o abastecimento água a partir Cávado, a tração elétrica e a iluminação, o mercado coberto, o matadouro, a municipalização de serviços.

Mas quem são agora as novas elites que detêm o poder ou exercem a influência necessária para o influenciar? Quem são estes novos protagonistas da mudança social e política que os novos tempos impõem, rumo a novas expressões culturais e novas formas de pensar, a novos conceitos de cultura patrimonial? Quais as suas trajetórias familiares e pessoais? De onde vêm, quem são e o que pretendem mudar?

2. A CIDADELA ANTES DA DEMOLIÇÃO



Figura 1: A cidadela antes da demolição
Fonte: Monteiro, M. (1906, 13/21 de maio). A cidadela de Braga VII – Palácios, castelos e solares de Portugal. In J.J. Chaves, *Ilustração Portuguesa* (pp. 402-406). Lisboa, 2ª série.

A imagem (figura 1) retrata a cidadela de Braga antes da sua demolição. Mostra o torreão do SW — a cidadela compreendia inicialmente quatro torreões num cerco de muralhas com a forma aproximadamente retangular — por onde se estabelecia a única via de comunicação com o interior e o exterior da cidade. Trata-se de um espaço impossível de se reconstruir,

pois fora totalmente desmantelado no virar do século XIX para o século XX, com exceção da Torre de Menagem, hoje ainda conservada.

A destruição da cidadela teve como argumento principal as péssimas condições em que ali funcionava a cadeia civil, mas sabemos que na base deste procedimento estava também uma nova mentalidade patente na Câmara, então presidida pelo bacharel Domingos José Soares Júnior¹ e membro da “Comissão dos Melhoramentos de Braga”, que negociava com Lisboa os poderes e empréstimos necessários à pretendida modernização da cidade.

Em 1908, estando em Portugal, Miguel de Unamuno visita a cidade de Braga e, sobre a cadeia, afirma:

É a prisão da cidade e está a ser demolida, mas entretanto estão a fazer outra (...) de umas grades mais altas uns desgraçados agitam umas bolsas suspensas de um cordel e pedem esmola, queixando-se, enquanto a sentinela se passeia diante das bolsitas com a sua espingarda no ombro esquerdo. Sinto ferida a minha dignidade humana, e em vez de deixar uma moeda em alguma daquelas bolsas apresso o passo para não ouvir aquela melopeia de queixumes. Os desgraçados são privados das liberdades mais essenciais mas não da de pedir esmola. Mesmo presos continuam mendigos para lhes adoçar algo a vida. (Unamuno, 2000, pp.16-17)

Vindo de fora e visitando a cidade, Unamuno fica claramente impressionado com a imagem dos presos exibindo as suas sacolas como mendigos, mas a verdade também é que a destruição da cidadela não seria certamente a única solução para tal desventura.

Manuel Monteiro (1879-1952), bacharel em direito por Coimbra e eleito Presidente da Comissão Municipal de Braga do Partido Republicano Português em 1906 (entre muitos outros cargos e pastas ministeriais e autor de um trabalho notável na defesa do património cultural português e no domínio do estudo, divulgação e preservação do património artístico no norte do país), não deixa de se manifestar veementemente contra a demolição da cidadela medieval. Em resultado desta posição, conseguiu-se

¹ Domingos José Soares Júnior (1863-1942), formado em medicina, foi vereador da Câmara de Braga em 1893 e 1894 e Presidente entre 1905 e 1910. Membro dos órgãos dirigentes do Partido Progressista, foi também membro da “Comissão dos Melhoramentos de Braga” e Governador Civil em 1931 e 1932. Na verdade, a sua ação política prolongar-se-ia ainda pelo Sidonismo, pela Monarquia do Norte e pelo Estado Novo. O pai, Domingos José Soares (1825-1907), fora diretor do Banco do Minho (1878-1905) e também vereador da Câmara de Braga.

peelo menos a salvaguarda da Torre de Menagem. Republicano convicto, o mesmo ímpeto, porém, não o faria pronunciar-se aquando da decisão da demolição do Convento de Nossa Senhora da Piedade dos Remédios.

3. AS DEMOLIÇÕES E O SEU SIGNIFICADO

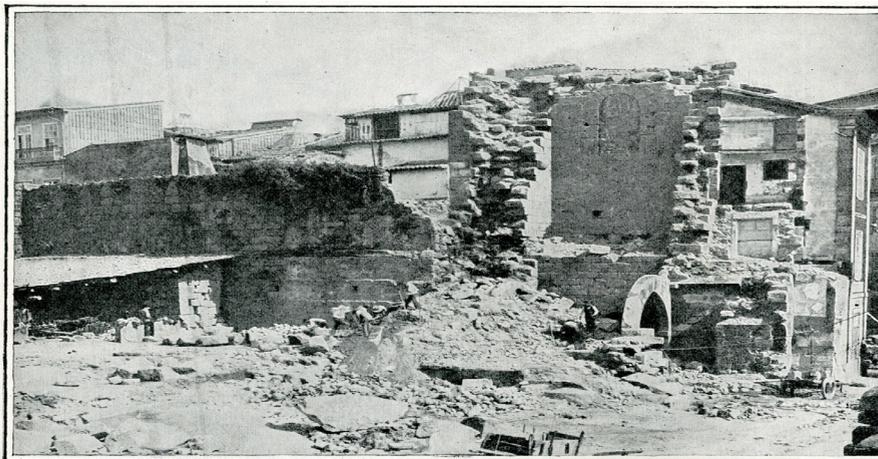


Figura 2: Torre de Menagem – cadeia civil e torreão de nordeste mutilado

Fonte: Monteiro, M. (1906, 13/21 de maio). A Cidadela de Braga VII – Palácios, Castelos e Solares de Portugal. In J.J. Chaves, *Ilustração Portuguesa* (pp. 402-406). Lisboa, 2ª série

A imagem (figura 2), aparentemente sem grande significado, mostra-nos a cidadela em demolição: o edifício da cadeia civil com o torreão de nordeste mutilado e a Torre de Menagem à direita (visível também, ao fundo, a Igreja dos Terceiros). Mas mostra-nos também, para além disso, a alteração que o conceito de cultura patrimonial vai assumindo. A imagem atesta-nos a viragem de uma época em que a implementação tardia do doutrinário urbanista do século XIX, se decompõe em três aspetos aí patentes: a higienização dos edifícios, o alargamento das ruas para facilitar a circulação do ar, das pessoas e dos transportes e, em terceiro lugar, uma nova mentalidade humanista de tratamento dos encarcerados, influenciada

pelas novas ideias do século XIX: a nova prisão², no Monte de Castro, concluída nos finais de 1908, é o símbolo da nova época da República.



Cortina do sul—Restos do torreão de sudoeste com o arco fronteiro à porta de D. Gonçalo, em obreta com os destroços

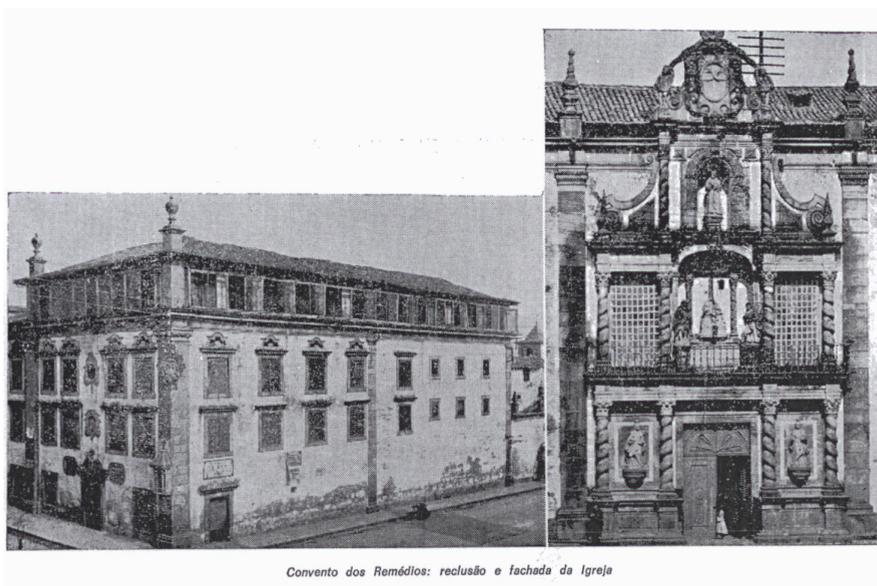
Figura 3: Cidadela - restos do torreão do sudoeste com porta em ogiva, que permanecia intacta

Fonte: Monteiro, M. (1906, 13/21 de maio). A Cidadela de Braga VII – Palácios, Castelos e Solares de Portugal. In J.J. Chaves, *Ilustração Portuguesa* (pp. 402-406). Lisboa, 2ª série, 402-406

A figura 3 mostra-nos uma outra imagem do mesmo local, agora completamente arruinado. Vemos restos do torreão do sudoeste — o mais vasto e importante do conjunto da cidadela, porque era por ele, como já aludimos, que se estabelecia a única via de comunicação do castelo com a cidade e era nele, também, que se rasgava a porta em ogiva que se vê ainda intacta.

Mas mais do que os nossos olhos vêem, estas ruínas representam a mudança entre duas épocas: a do liberalismo monárquico que está a morrer e a nova república liberal que anuncia uma mentalidade nova. Uma análise atenta da imprensa publicada na época relata-nos o confronto entre uma nova elite, que se quer afirmar pelo arrojo e modernidade, e uma outra, que se pauta pelas tentativas de demonstração das incongruências dessa mesma dita modernidade.

² A nova prisão situa-se, como ainda agora, na então também nova Avenida Artur Soares, em S. Vicente, Braga.



Convento dos Remédios: reclusão e fachada da Igreja

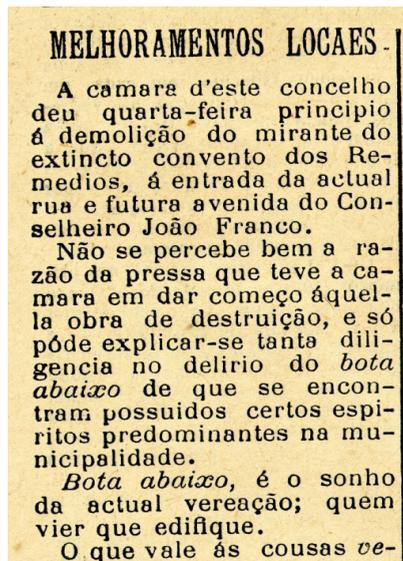
Figura 4: Convento dos Remédios - reclusão e fachada da Igreja
Fonte: acedido em <http://monumentosdesaparecidos.blogspot.pt/>

A imagem (figura 4) representa o Convento de Nossa Senhora da Piedade dos Remédios, um grande monumento ligado à Igreja e à Monarquia, erguido em 1544. Trata-se do primeiro Convento a surgir em Braga, pela mão do Bispo D. André de Torquemada, auxiliar de D. Diogo de Sousa, um Convento feminino destinado a religiosas da Ordem Terceira Franciscana, com clausura. Ocupava toda a zona nascente do Largo Carlos Amarante, designado na altura por Campo dos Remédios. A cerca ocupava uma vasta área e a Igreja que se vê na foto, edificada em 1725, foi a terceira e a última que o Convento teve. Não fosse a destruição de todo o edificado, levada a cabo entre 1907 e 1911, e seria hoje, sem dúvida, um dos maiores monumentos da cidade.

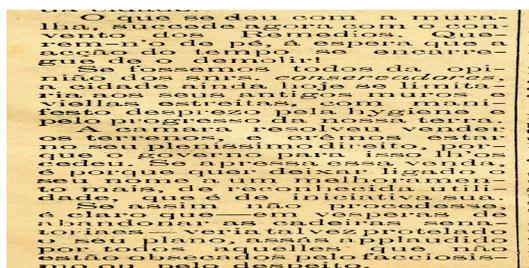
Com esta demolição financiaram-se grandes obras erigidas nos primórdios da República. Quando o município, em setembro de 1907, solicitou ao governo a cedência de parte da cerca que estava arruinada para o alargamento da futura Avenida João Franco, hoje Avenida da Liberdade, conseguiu obter mais do que havia pedido, passando a partir de então, a ser detentor não só da cerca mas de todo o Convento e Igreja. Nessa altura, as receitas provenientes da alienação dos imóveis da Igreja nacionalizados tinham um significado assinalável nas receitas do orçamento da Câmara.

Muitos movimentos cívicos se ergueram contra a decisão da Câmara em demolir a Igreja e o Convento, mormente as confrarias sediadas no templo, mas de nada valeu. Em 3 abril 1911 foi celebrada a última missa e pouco depois a Igreja foi demolida. Muitos elementos da fachada da Igreja estão hoje espalhados pelo recinto do Parque da Ponte. Braga ganhou uma nova rua e um novo teatro mas perdeu um monumento que marca a sua história.

3.1 AS CRÍTICAS AOS “MELHORAMENTOS”



Commercio do Minho,
1907, 23 de novembro.



Correio do Minho 20.12.1907

Se tal projecto se realisa,
é a primeira vez que se vê
em Braga destruir uma
egreja para abrir uma tra-
vessa bem dispensavel, por-
que temos a rua do Raio a
poucos passos de distancia,
e construir um theatro na
cerca d'um convento!

Commercio do Minho,
1907, 14 de novembro.

Figura 5: Críticas aos melhoramentos na imprensa local (extratos)

A leitura da imprensa bracarense de então (figura 5) ilustra-nos a forma como a sociedade se manifestava face aos novos projetos então anunciados, percebendo-se haver, por um lado, sinais de clara irreverência (Comércio do Minho, 1907) e, por outro, de entusiasmo manifesto (Correio do Minho, 1907). A imprensa bracarense (com mais de 20 títulos fiéis à Igreja e quase outros tantos do lado republicano) é um forte testemunho dessas lutas oposicionistas entre as iniciativas republicanas que hegemonizaram na cidade desde os últimos anos da Monarquia e os seus adversários.

A ideia de destruir um lugar sagrado para em seu lugar erguer um teatro, e ainda por cima aproveitando o seu espólio para custear a nova obra, levantou, desde início, um choque de mentalidades e uma acesa polémica na cidade dos Arcebispos. Numa altura em que as relações entre o Estado e a Igreja não eram as melhores, a construção de um teatro na cerca de um convento representava um sinal de modernidade e a capacidade de iniciativa de algumas figuras ilustres da cidade face a uma sociedade fechada, conservadora e católica. O ímpeto de mudança incendiou a crítica e a polémica na cidade.

A Comissão de Melhoramentos da Cidade era uma entidade consultiva e de aconselhamento na qual a Câmara queria envolver as forças sociais, associativas, sindicais e comerciais da cidade para obter o maior consenso social tendo em vista a assunção coletiva dos encargos que as transformações pretendidas exigiam.

Em 23 de Julho de 1909 uma notícia do bissemanário *Correio do Norte* intitulada “Comissão delegada dos melhoramentos de Braga” (da qual fazia parte, entre outros, o Conselheiro Domingos José Soares, presidente da Câmara Municipal e o irmão o Dr. Artur Soares) dava conta de que

partia de comboio para Lisboa, a fim de “conseguir do governo a resolução imediata da municipalização da viação da cidade e dos mercados fechados” apelando a que “era de toda a conveniência que os habitantes desta cidade fossem à estação despedir-se destes cavalheiros, dando-lhes assim toda a força que precisam para conseguir dos poderes públicos os melhoramentos que Braga precisa e tem direito” (Correio do Norte, 1909, 23 de outubro). Quatro dias depois, nova notícia do mesmo jornal dava conta de que “foram despedir-se à gare um avultado número de pessoas de todas as posições sociais” (Correio do Norte, 1909, 27 de outubro).

4. AS NOVAS ELITES *VERSUS* NOVOS ESPAÇOS CONSTRUÍDOS



Figura 6: Praça da República nos princípios do século XX
Fonte: Arquivo Aliança, acedido em <http://bragamaior.blogspot.pt/2013/03/>

A imagem (figura 6) mostra-nos a Praça da República nos princípios do século XX. Centro cívico por excelência, local de visita e receção de entidades, de chegada e de partida, era também o local da afirmação das elites bracarenses, espaço público burguês e símbolo do cosmopolitismo da cidade. Vemos o Hotel Frankfurt ao fundo à direita e ao centro os dois

principais edifícios, um dos quais, à esquerda, é o Teatro S. Geraldo, de configuração clássica e, à direita, o Banco do Minho, centro do financiamento do fomento industrial e comercial de Braga de finais de XIX e inícios do século XX.

O Teatro S. Geraldo foi edificado em 1857, em memória do prelado que batizou o primeiro rei de Portugal. Considerado o melhor do reino, depois do de Lisboa e Porto, foi o primeiro teatro da cidade e funcionou desde 1857 até 1915. Com a construção do Teatro Circo, o edifício do Teatro São Geraldo foi vendido ao Banco de Portugal, e em 1921 foi aí construído a delegação do mesmo, sob projeto de Moura Coutinho.

O Banco do Minho foi instituído por carta de lei de 14 abril 1864, com sede em Braga e iniciou a sua atividade em junho de 1865. Nasceu do *boom* das remessas financeiras dos emigrantes no Brasil. Sedeado inicialmente na rua de S. João, passou a ter sede própria construída entre 1873 e 1877 na rua do Teatro S. Geraldo, hoje edifício da CGD. Possuiu uma agência em Guimarães e filiais no Porto e em Lisboa.

A 13 de Junho de 1915 em Assembleia Geral do Teatro S. Geraldo é apresentada uma proposta de obras não só com vista a aumentar a lotação do teatro, tornando a sua frequência mais barata, mas também a dotá-lo da capacidade de atrair as companhias em *tournee*. Mas rapidamente chegam à conclusão de que, como consta da ata da referida reunião, “Braga, pelas suas condições económicas e pela sua população não poderá tão cedo achar-se em circunstâncias de poder sustentar desembaraçadamente duas casas de espetáculos dessa natureza”. Desta forma, toma-se a decisão de dissolver a Sociedade Teatro S. Geraldo vendendo-se o edifício com todas as suas pertenças à Sociedade Teatro Circo.

A coexistência dos dois Teatros durou só 3 anos: entre 21 de abril de 1915 e 9 de junho 1918 (ano em que se dissolve a Sociedade Teatro S. Geraldo, vendendo-se o edifício e pertenças à Sociedade Teatro Circo recentemente criada). Em todas as reuniões das Assembleias Gerais ao longo destes anos de comunhão, discutia-se o futuro do Teatro S. Geraldo.

4.1 A SOCIEDADE THEATRO CIRCO

A Sociedade Theatro Circo terá sido fundada em Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, como uma empresa de exploração de espetáculos recreativos, cafés, restaurantes e casinos, não tanto com intuito de obter lucros mas respondendo, mais num impulso de patriótico bairrismo, aos anseios da cidade, que assistia a um grande desenvolvimento teatral, a exemplo do que acontecia no resto do país. A obra traduz vaidade mas

também generosidade. Os seus Estatutos (45 artigos) foram aprovados em Assembleia Geral de Acionistas aos 16 de dezembro de 1907.

São fundadores do projeto um grupo de bracarenses liderados por três personalidades: Dr. Artur José Soares (advogado), Cândido Maria Martins (industrial) e José António Veloso (diretor do Banco do Minho), com o apoio da Câmara Municipal então presidida por Domingos José Soares (irmão de Artur José Soares como atrás referimos). Além dos fundadores subscreveram a sociedade 50 acionistas. Com os três nomes referidos descerrou-se, no dia da inauguração do edifício Teatro Circo, uma placa em mármore no Grande Átrio. Esta placa, após um período de ausência, voltou a estar de novo no local ao comemorar-se o centenário da sua inauguração.

Em 1911 a edificação do projeto começou a tomar forma pela mão do arquiteto João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1872-1954) — edifício que sobressairia entre vários outros novos espaços então construídos na sua maioria na nova Avenida da Liberdade³ — e, a 21 de Abril de 1915, o Teatro Circo foi inaugurado, coincidindo com um período de grande desenvolvimento económico e social em Braga. O projeto, apresentado em Lisboa ao arquiteto Ventura Terra foi considerado por este uma “obra arquitetónica admiravelmente planeada”.

A grandiosidade do local, a magnificência da arquitetura e a natureza coletiva da sua génese, mostram o arrojo de uma elite da sociedade bracarense de então.

Na inauguração do edifício com a opereta “A Rainha das Rosas” da Companhia de Teatro Éden sob a direção de Luís Galhardo a 21 de abril de 1915 — bem noticiada nos jornais *Echos do Minho*, *Commercio do Minho*, *Notícias do Norte*, entre outros — estavam presentes, nos lugares mais destacados, as famílias mais ilustres da sociedade bracarense de então.

Ao Dr. Manuel Monteiro coube um dos lugares de honra. Foram chamados ao palco o Arq. João de Moura Coutinho, a direção do Teatro — Dr. Artur José Soares, Cândido Martins e Adolfo Cruz —, o fiscal da empresa, Viriato Cruz e o empresário Dias Pereira. Guardam-se memórias dos discursos empolgantes do Dr. Artur Soares e do empresário Luís Galhardo.

³ No 1º quartel do século XX, Braga recebe uma série de novos equipamentos urbanos, sendo grande parte pela mão do arquiteto Moura Coutinho, membro da Comissão de Estética da CMB:

- . o alargamento da Avenida da Liberdade, que liga a Praça da República a S. João da Ponte
- . o Asilo de Mendicidade Conde Agrolongo no qual trabalha de 1907 a 1916
- . o novo Mercado Municipal na Praça do Município
- . a remodelação do Café A Brasileira e a do edifício *Jornal de Notícias* no Largo de S. Martinho
- . a intervenção na construção do edifício das Repartições Públicas na Rua do Castelo
- . o Ateneu Comercial na rua dos Chãos, o Banco Nacional Ultramarino e a Casa do Artista
- . a padaria Ferreira Capa, o Café Cinelândia e as casas da rua Eça de Queirós



Figura 7: Theatro Circo, Braga
Fonte: acedido em: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2010/06/cidade-de-braga>

4.2 OS PROTAGONISTAS DA MUDANÇA



Figura 8: Retrato de Artur José Soares (1870-1919)
Fonte: Galeria dos Presidentes da Associação Comercial. Créditos: Rosa Cunha

O retrato (figura 8) patente na galeria dos Presidentes da Associação Comercial de Braga, apresenta-nos o Dr. Artur José Soares, presidente desta Associação entre 1917 e 1919, ano em que faleceu com o *tifo exantemático* em plena pujança da vida.

Bacharel formado em direito, foi membro fundador da nova Sociedade Teatro Circo sendo já corpo da Assembleia Geral do velho Teatro S. Geraldo. Membro da direção do Banco do Minho em 1905-1908, foi mesmo seu primeiro administrador nos quatro triénios seguintes até falecer. Militante do Partido Progressista, é um cidadão ativo e influente na Câmara Municipal de Braga, mormente nos mandatos de Domingos José Soares (1893/95 e 1905/10), seu irmão, e do Tenente Coronel Albano Justino Lopes Gonçalves (1912/15). Grande entusiasta da Comissão dos Melhoramentos de Braga, desde a sua constituição em 1909, é também eleito vice-presidente da Mesa do Santuário de Bom Jesus do Monte e Presidente da Associação Comercial de Braga.

Tendo tido o privilégio de contactar com o arquivo de família, na posse dos seus familiares atuais, cujo acesso nos cabe aqui agradecer na pessoa do seu sobrinho-neto, o Dr. Jorge Alberto Brandão Soares de Carvalho, conhecemos, por fotografias, os seus 10 irmãos. De destacar entre estes, Domingos José Soares, formado em medicina e, em dois períodos distintos, Presidente da Câmara de Braga, bem como Alexandre Soares, padre, conhecido professor do Liceu Sá de Miranda, e pai de dois filhos que a família reconhece nunca ter abandonado. O pai da numerosa prole, Domingos José Soares, nascido em 1825, casara aos 37 anos, após a emigração para o Brasil que permitira o desafogo financeiro em que a família se encontrava. Conhecemos também a família nuclear de Artur José Soares - a prima direita com quem casou e as suas duas filhas gémeas, ambas formadas em línguas e distintas senhoras da sociedade bracarense. A grande casa onde viviam (figura 9), na rua de S. Vicente, de boa construção, revestida a azulejos com emolduramentos das fenestranças e dos parapeitos das varandas em pedra, elegantemente bem talhados, são o testemunho ainda atual do conjunto edificado urbano da expansão de Braga da segunda metade do século XIX para o virar do XX.

Também Cândido Maria Martins (1861-1917), um dos outros dois membros fundadores da Sociedade Theatro Circo, provinha do Teatro S. Geraldo onde era membro da Direção desde 1906. Como o anterior, era membro da Associação Comercial de Braga (Vice-Presidente), integrava a Comissão dos Melhoramentos de Braga, a Mesa do Santuário de Bom Jesus do Monte (Vice-Presidente), a direção do Banco do Minho (1915) e era

ainda membro da Assembleia Geral da Companhia Seguros Fraternidade e da Real Corporação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Braga (Vice-Presidente). Nascido em Forcadela, na Galiza, veio jovem para Braga juntamente com seu irmão Joaquim Maria Monteiro, vice-cônsul de Espanha e industrial em Braga. Os outros dois irmãos, Vítor Roque e Camilo Maria Martins, tornaram-se industriais no Porto.



Figura 9 – Casa da Família Soares, S. Vicente, Braga (foto atual)

José António Veloso, o último dos três, esteve, ao longo de 20 anos ininterruptos —entre 1891 e 1911, ano em que falece (sendo substituído na direção do Teatro Circo por Adolfo Cruz) — ligado à administração do Banco do Minho. Em 1903 é um dos 3 diretores da Companhia Geral Bracarense de Iluminação a Gaz e no ano seguinte é eleito membro da Comissão de Contas da Associação Comercial de Braga. Nos anos que se seguem é

ainda vereador com os pelouros das Águas e Cemitério, na Câmara Municipal de Braga presidida por Domingos José Soares Júnior.

Como vemos, estamos perante personalidades ligadas a uma burguesia letrada e capitalista, com vontade de imprimir à cidade tradicionalmente conservadora uma vocação arrojada e moderna.

O convívio estreito e a amizade destas personalidades com todo um grupo de pessoas ligadas à Câmara, ao Governo Civil, ao Banco do Minho, à imprensa, ao Teatro S. Geraldo, ao Teatro Circo, ao Ateneu Comercial e a cargos ministeriais no Governo, dá corpo a uma elite bracarense que, na viragem do século XIX para o XX, se mostra unida no objetivo de apostar no progresso da cidade conservadora e tradicionalista como até então se mostrara e à qual o tempo voltaria a reencontrar.

Nas publicações recentes (Silva 2013; Silva 2014) em que Vieira da Silva nos retrata a história do Banco do Minho (desde a sua fundação até ao seu ocaso ao longo de 7 décadas, 1860/1930) e a vida de Albano Lopes Gonçalves, Presidente da Câmara de Braga entre 1913 e 1915, apercebemo-nos um pouco melhor da Braga deste tempo e do convívio das suas elites.

Apercebemo-nos de que Albano Justino Lopes Gonçalves (1863/1929) - que seguindo a carreira militar, realizou várias missões em África chegando a ser Presidente da Câmara em Lourenço Marques — foi um dos maiores impulsionadores da construção do Teatro Circo, embora, por vontade própria, a sua ação tivesse ficado na sombra. Chegando a Braga em 1905 (e Tenente Coronel em 1915), convive de perto com Manuel Monteiro, Domingos Pereira, Artur Soares, Moura Coutinho, dos quais se torna amigo. Sabemos, desta forma, que, por exemplo Albano gostava de ir a banhos com a família à Póvoa de Varzim, sobretudo quando se sentia esgotado com o trabalho.

Enquanto Presidente da Câmara (1912-1915), Albano Gonçalves conta com a colaboração de Domingos Pereira (deputado do Parlamento em Lisboa) e com Manuel Monteiro (Ministro da Justiça) para as grandes obras de modernização da cidade: a criação dos serviços municipalizados, o mercado coberto na Praça do Município, o jardim aberto da Avenida Central, o grandioso edifício das Obras Públicas, os carros elétricos, a iluminação da cidade; a luta pela manutenção na cidade do Arquivo da Mitra e da Escola Normal. Em 1915 demite-se de Presidente da Câmara e aceita a direção dos Serviços Municipalizados, o que o sujeita a várias e incisivas críticas.

É Manuel Joaquim da Silva Monteiro (1879/1952) quem, no início do ano de 1912, então Governador Civil do distrito de Braga (1910/1913,) convence Albano Gonçalves a aceitar a presidência da Câmara Municipal.

E são ambos — o primeiro, enquanto Governador Civil e o segundo enquanto Presidente da Câmara — que, numa luta conjunta com Domingos José Pereira, conseguem evitar que o Arquivo da Mitra da Sé Catedral seja levado para a Torre do Tombo, bem como gorar a tentativa, aprovada no Parlamento, de extinguir a Escola Normal de Braga e tornar o ensino desta unidade exclusivo de Lisboa, Coimbra e Porto.

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra e ligado à formação do Centro Republicano na Praça Município em 1906, Manuel Monteiro é eleito Presidente da Comissão Municipal de Braga do Partido Republicano Português. É numa das reuniões no Ateneu Comercial de Braga na rua dos Chãos, em 1913, que confia a Albano ter sido nomeado Juiz do Supremo Tribunal Administrativo em Lisboa. Exonerado das funções de Governador Civil para ocupar o novo cargo, parte em 1916 para o Egipto onde é nomeado juiz dos Tribunais Mistos do Egipto (em Mansourah). No momento em que o faz, afirma estar consciente de que o ideal republicano porque sempre lutara não era aquele que vigorava no seu país, no qual se sentia cansado das intrigas dos deputados que, nos corredores de S. Bento disputavam entre si não tanto o bem do povo mas antes de si mesmos, apesar de reconhecer exceções.

Os “corredores de S. Bento” conhecera-os bem já que entre 1914 e 1915 Manuel Monteiro fora Presidente da Câmara dos Deputados em Lisboa, Ministro da Justiça a convite de Bernardino Machado em 1914 e Ministro do Fomento do governo de João Chagas / José de Castro em 1915. Enquanto juiz em exercício no Egipto é eleito presidente do Tribunal Internacional de Alexandria em 1930. Dez anos depois regressa a Braga mantendo os seus ideais republicanos e apoia a candidatura de Norton de Matos à Presidência da República.

Manuel Monteiro deixou na memória dos bracarenses um trabalho notável na defesa património cultural bracarense e no domínio do estudo, divulgação e preservação do património artístico no Norte do País.

Domingos José Leite Pereira (1882/1956) — foi também um dos assíduos convivas do grupo de republicanos bracarenses que se debatiam por uma cidade nova. Depois da conclusão do liceu em Braga e do bacharelato em Teologia na Universidade de Coimbra, foi também um dos promotores do Centro Republicano na Praça do Município e um dos primeiros sócios do Centro Escolar Bernardino Machado, criado em Braga em 1910 com o objetivo claro de difusão do republicanismo e do qual Manuel Monteiro fora o seu sócio nº 1.



Figura 10: Domingos José Leite Pereira, busto erigido pela CMB em 1962

Fonte: acedido em <https://www.google.pt/imgres>.

Fundador de dois jornais republicanos em Braga *A Verdade* e *O Radical*, foi ainda colaborador assíduo do *Primeiro de Janeiro*, *Diário de Notícias*, *Norte* e *Sol*. Foi Presidente Câmara de Braga em 1910-1911, deputado parlamentar por Barcelos e depois por Braga (entre 1911 e 1926), Presidente da Câmara dos Deputados, como Manuel Monteiro, e também Ministro entre 1919 e 1925 nas pastas da Instrução, Colónias, Interior, Negócios Estrangeiros e Presidente do Ministério. Preso (incomunicável) em Braga em janeiro de 1918, na sequência do golpe de Sidónio Pais, teve um papel importante na oposição à Ditadura e ao Estado Novo depois de 28 de Maio de 1926. Em 1935 por decisão do Conselho de Ministros presidido por Salazar, é-lhe proibida a residência em território nacional durante dois anos, altura em que se exila em Espanha. Em 1949, na sequência do apoio à candidatura de Norton de Matos foi intimado a comparecer na PIDE, sendo libertado pouco depois. Em 1950 é nomeado presidente do conselho de administração da Companhia Seguros Douro e em 1956 falece no Porto, deixando 3 volumes de memórias e 1 livro (que, ao que se sabe, não foram localizados).

Em 1962, na comemoração dos oitenta anos do seu nascimento, a Câmara Municipal de Braga ergueu-lhe um busto no Largo de Infias, próximo da rua onde nasceu (figura 10).

4.3 AS DÉCADAS SEGUINTE

Ao longo das décadas, o novo Teatro Circo, obra marcante pela sua magnificência mas também pelo que reflete do protagonismo das suas elites, foi-se readaptando (como os outros espaços construídos já referidos) às necessidades impostas pela própria evolução dos tempos.

Se a polémica marcou a notícia da instalação do Teatro Circo em Braga — patente na imprensa da época pelas críticas à exibição no teatro da “revista ABC”, pela “ofensa dos bons costumes, as palavras obscenas, a pornografia a que infelizmente chegou o teatro português” (...) “se não podem proporcionar-nos bom teatro, preferimos passar sem nenhum (...) deixem lá essa peste do Porto aos do Porto, porque os de Braga remedeiam bem sem ela” (Comércio do Minho, 12/01/1909) - a verdade é que haviam de passar pelo Teatro figuras de renome internacional da época, como a violoncelista Guilhermina Suggia, o violinista Isac Stern, o pianista Arthur Rubenstein, as Orquestras Nacionais de Florença, Praga, Madrid ou Viena e grandes artistas da Ópera de Londres.

Mais tarde, porém, não resistindo à concorrência de novas salas de cinema e da televisão, e a par da euforia revolucionária que se fez sentir até princípios dos anos 80, o declínio do equipamento e das suas funções acentuou-se, dando início a uma discussão na cidade sobre o futuro do Teatro Circo.

Na noite da inauguração — 21 de abril de 1915 — a honra coube à opereta “Rainha das Rosas” sob a direção de Luís Galhardo com a atriz Palmira Bastos no principal papel, contando, entre outros, com os intérpretes Cremilda de Oliveira, Etelvina Serra, Almeida Cruz, Acácia Reis, Estevão Serra, José Ricardo e Armando de Vasconcelos e a direção musical do maestro Assis Pacheco. Foi grande o sucesso, a ver pela forma como os jornais o noticiam. As famílias mais ilustres da sociedade bracarense e de outros pontos do país enchiam por completo a plateia e os camarotes, onde os preços eram mais caros. As galerias e as bancadas, com preços mais acessíveis, estavam também repletas, tendo ainda muita gente ficado de pé por exceder-se a lotação.

Em abril 1922 passa pela primeira vez ópera no Teatro Circo: *Madame Butterfly* de Puccini e *Aida* de Verdi. Mas não só os espetáculos famosos preenchem a programação do Teatro. Em 1927 faz-se uma brilhante festa de caridade a favor do Colégio da Regeneração, dirigida pelo Barão de S. Lázaro (Miguel José Raio)⁴ ator e encenador do Palácio do Raio. A partir

⁴ Fernando Luís Raio de Carvalho, o Barão de S. Lázaro, nasceu em Braga, no Palácio do Raio, no dia 9 de Setembro de 1869. Os seus últimos momentos de vida foram passados no Asilo Conde de

de então levam-se à cena vários saraus, récitas e espetáculos de caridade: a favor da creche de Braga (3.3.1928), em benefício da Oficina de S. José (25.5.1929), a favor das “Cozinhas Económicas” (janeiro 1933), em benefício do Colégio dos Órfãos presidido pelo Arcebispo Primaz (janeiro 1934), em benefício da Creche, promovido por uma Comissão de Senhoras (junho 1939), a favor do Lactário do Bom Jesus⁵ (1940 e 1941) com o desempenho de muitas crianças.

Em 1929 o Teatro Circo começa a dar sessões cinematográficas no Parque da Ponte. Em Outubro de 1930 apresenta-se pela primeira vez o cinema falado com a fita o “Cantor Louco”, com grande fila na bilheteira. Em 14 de Novembro 1931 inaugura-se o cinema sonoro propriamente dito — que a opinião pública tão reclamava — apresentando-se o filme português “Minha Noite de Núpcias” (o primeiro filme sonoro estreado em Portugal a 4 de Maio de 1931 no Tivoli) com Beatriz Costa e Estevão Amarante.

Os anos 30 são os anos da prosperidade — Braga aproxima-se aos maiores centros civilizacionais no domínio do espetáculo — apesar da crise que para o Teatro representava o estabelecimento do cinema sonoro e a concorrência do novo Teatro de Guimarães. Mas é entre 1943 e 1950 que a prosperidade do Teatro Circo atinge o seu auge com grandes obras de beneficiação e embelezamento. Além dos saraus de caridade e das récitas, predominam os filmes portugueses. O Teatro é também utilizado como palco de campanha e ações de propaganda política.

Da comemoração do vigésimo aniversário do Teatro a 21 de abril de 1935 destaca-se um sarau com a atriz Palmira Bastos que reinterpretoa a opereta em 3 atos “A Rainha das Rosas” e a representação da “Ceia dos Cardeais” (peça em 1 ato redigida em 1902 por Júlio Dantas), terminando-se a noite com um baile no Salão Nobre.

Na comemoração dos 40 anos publica-se a brochura “Os quarenta anos da Vida do Teatro Circo de Braga” (S/autor 1955) com um prefácio intitulado “Duas palavras em memória do Arquitecto João de Moura Coutinho”, então recentemente falecido.

Agrolongo, onde viria a morrer no dia 10 de Janeiro de 1959. A história de Braga está muito ligada à história do Barão de S. Lázaro, autêntico ator e narrador de tudo o que envolvia Braga e a sua região. Os seus vastos conhecimentos sociais e culturais deveram-se também às viagens que realizou pelo estrangeiro, nomeadamente Espanha, França, Itália e Suíça.

⁵ Em Portugal, o primeiro lactário foi criado em 1901, no Largo do Museu da Artilharia, quando ainda o termo lactário não estava vulgarizado no país. Em Braga, o lactário do Bom Jesus do Monte, tinha a particularidade de ser dirigido por elementos da Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), de Braga, com o apoio da Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) do concelho. Segundo o Regulamento aprovado em 25 de Setembro de 1939, o lactário estava na dependência da Confraria do Bom Jesus do Monte e destinava-se a fornecer aleitamento misto e artificial às crianças do concelho de Braga até aos 2 anos.

Nos anos 60 assiste-se por todo o país ao encerramento de importantes salas de espetáculo e à reconversão de alguns dos principais cinemas do país. O Teatro Circo não é indiferente a esta vaga, criando a sua própria *sala de bolso*. Em 5 de outubro do revolucionário ano de 1974, inaugura-se a sala de cinema “Estúdio” dentro do espaço do próprio edifício sede, na então designada “sala de fumo” do Teatro. A partir de 1984 instala-se no Teatro Circo a Companhia Profissional de Teatro de Braga – CENA, dirigida pelo ator e encenador Rui Madeira.

Este ano em que nos encontramos, 2015, o Teatro comemora o seu Centenário com variadas exposições, conferências e espetáculos que darão origem a um livro de memórias do teatro e da cidade ao longo do século. Passados 100 anos o Teatro Circo mantém-se não só como centro da atividade cultural da cidade mas também uma referência de prestígio nacional e internacional. As obras de renovação do edifício levadas a cabo em 1999 muito contribuíram para a dignificação da sua imagem.

5. CONCLUSÕES

A cidade de Braga que, na viragem do século XIX para XX, ainda se conotava com uma economia essencialmente agrícola, em cujas freguesias rurais algumas famílias persistiam em “recolocar no interior das igrejas os corpos dos seus ente queridos, contrariando a legislação de há muito em vigor” (Sousa, 2014, p. 337) não deixa de denotar sinais claros de uma elite de cariz republicano que procura impor-se num meio potencialmente hostil.

As lideranças das estruturas organizativas republicanas em Braga são protagonizadas por elites burguesas e intelectuais da cidade (de forma provavelmente não muito diferente do que acontece no resto do país). Muitos dos relevados membros do republicanismo em Braga, alguns dos quais se destacaram no panorama político nacional da 1ª República, passaram pela Universidade de Coimbra, sendo advogados, médicos, intelectuais, não descurando também o papel do Ateneu Comercial de Braga na difusão dos ideais republicanos. Tais ideias e ações foram contestadas pelos mais conservadores numa problemática que opunha tradição e inovação. A imprensa da época testemunha as fortes polémicas de então, contribuindo ela própria para o acentuar das mesmas.

Ainda que Braga houvesse de continuar a fazer jus à conotação de espaço conservador, mormente na sequência da revolução do 28 de Maio de 1926, a verdade é que, desde as últimas décadas da Monarquia, novas elites — ligadas aos partidos Regenerador e Progressista, ao Centro Republicano,

ao Centro Escolar Bernardino Machado, à Câmara, ao Banco do Minho, ao Teatro Circo — protagonizaram uma nova ordem social e política.

O contributo das trajetórias familiares e pessoais, que encontramos mormente na vasta e rica documentação dos arquivos de família, é, quando testemunhada, um contributo fundamental e insubstituível na compreensão dos sistemas de poder e seus mecanismos de mudança.

Desde os finais da década de 1980, numa altura em que o interesse pela cultura e pelos Estudos Culturais se torna mais visível, é também maior a preocupação com a construção da identidade e com a sua redefinição. Esta já não é vista só como um sujeito singular dentro de um Estado-Nação mas antes um sujeito plural, membro de uma família, de uma comunidade, de um local. Como afirma Lurdes Rosa,

As transformações no sistema de saberes sociais e humanos, nascidas em boa parte das contestações pós-modernas e da globalização, fizeram surgir novos objetos de estudo e redefiniram profundamente os anteriores, em geral sob a senda da crítica e da suspeição analítica para com as heranças dos séculos XIX e XX. (Rosa, 2012, p. 15)

Pensar a família como uma entidade própria e os arquivos de família como “sistemas de informação” com uma organicidade e dinamismo específicos que acompanham as mudanças sociais e políticas, parece-nos, pela experiência que temos em desenvolvimento, verdadeiramente enriquecedor destes novos saberes sociais e humanos. De destacar os documentos produzidos em primeira mão, sob a forma de cartas, diários, autobiografias ou narrativas variadas, escritos sem os constrangimentos oficiais, os designados “ego-documentos” ou documentos do foro privado, que encontramos guardados nos arquivos de família.

REFERÊNCIAS

- Capela, J. V. & Nunes, H. B. (2010). *Braga: Roteiros republicanos*. QuidNovi / CNCCR.
- Gonçalves, A. (2009). *Vertigens. Para uma sociologia da perversidade*. Coimbra: Grácio Editor.
- Macedo, A. M. C. (1995). Teatro Circo: oito décadas de um projeto coletivo na cidade de Braga. *Revista Mínia*, 3(3ª Série), 109-132.

- Monteiro, M. (1906, 13/21 de maio). A cidadela de Braga VII – Palácios, castelos e solares de Portugal. In J.J. Chaves, *Ilustração Portuguesa* (pp. 402-406), 2ª série.
- Rosa, M. L. (2012). *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM.
- S/A(1955). *Os quarenta anos do Teatro Circo em Braga*. Braga: Oficinas gráficas Pax.
- Silva, F. V. (2013). *Estamos pobres! O Grito do silêncio de Braga em 1930*. Lisboa: Chiado Editora.
- Silva, F. V. (2014). *Lopes Gonçalves um homem que sabia amar*. Lisboa: Chiado Editora.
- Sousa, A. J. C (2010). *Entre monárquicos e republicanos numa “cidade de Deus” - História política e social de Braga no contexto nacional (1890-1933)*. Coimbra: UC.
- Unamuno, M. (2000). *Já estou em Braga*. Braga: Fundação Cultural Bracara Augusta.